

## Coluna do Castello

### Vai engordar a cesta básica

O governo pretende ampliar a lista de bens de consumo que compõem a cesta básica do assalariado. A informação, dada pelo deputado Ulisses Guimarães, deverá confirmar-se nas próximas horas e será um dos itens da negociação que o ministro Almir Pazzianoto desenvolverá com a CUT e a CGT, mobilizadas para a greve do dia 12.

O reconhecimento de que alguns produtos de uso generalizado não integram os dados básicos para definição da alta do custo de vida deverá influir, na intenção do governo, na postura dos trabalhadores que verão atendidas assim uma das suas principais reclamações contra o Cruzado II. Como tal decisão foi tomada na ausência do ministro Dilson Funaro, não se sabe até que ponto há concordância dele num ato que poderá ter reflexo nos salários e na caixa do Tesouro, cujo empobrecimento foi um dos motivos do último pacote.

Quanto à negociação da dívida externa — segunda fonte de inspiração do Cruzado II —, o ministro deverá dar até o dia 15 uma informação que conforte o governo, alvo de críticas generalizadas apesar do êxito relativo da fala à nação do presidente José Sarney. O governo ainda não superou de todo o sufoco criado por medidas adotadas ao arripio do interesse das classes sociais e econômicas. Em muitos setores predomina a sensação de que o país atravessa uma crise de dimensões mais profundas do que as que superou até o momento. Esse estado de espírito defronta-se com a greve programada.

#### A Constituinte

Além da escolha do seu presidente, a Assembléia Constituinte, que se instalará juntamente com o Congresso Nacional, é afetada por problemas preliminares e subsequentes cuja solução seria facilitada por um prévio entendimento do PMDB e desse partido com o PFL. Entende-se necessária uma prévia avaliação desses problemas e o encaminhamento de soluções de consenso.

A emenda constitucional que atribuiu poderes constituintes ao próximo Congresso deixa em aberto situações que deveriam ser previstas e solucionadas desde já para que não tumultuem a instalação concomitante das câmaras legislativas e da Constituinte. Por culpa dos interesses de deputados e senadores que se recusaram a examinar a emenda do Sr Ulisses Guimarães, que criava uma comissão de 70 membros que funcionaria no lugar do Congresso Nacional enquanto se elaborasse a Constituinte, nas outras questões de natureza prática e de conveniência das instituições, como, por exemplo, a definição de uma data para conclusão da nova Constituição. A data ideal seria a 7 de setembro ou a 15 de novembro? Seria necessário traçar um roteiro que beneficiasse o bom andamento da Constituinte.

O Sr Ulisses Guimarães está conversando no seu partido e fora dele com pessoas que tenham visão ampla do problema e o ajudem a fixar um roteiro prévio de trabalhos da Constituinte a fim de evitar que o caos a ameace. Dentro desse esquema prévio coloca-se o problema da presidência da Constituinte. Assim como a Mesa do Senado preside o Congresso, seria natural e econômico que a Mesa da Câmara presidisse a Assembléia Constituinte, evitando-se dualidade de comando em duas instituições que funcionarão com os mesmos membros e no mesmo local. Se decidido isso, a escolha do presidente da Câmara será uma eleição de grande significação para os deputados e o Sr Ulisses Guimarães seria o candidato natural, sem ter de submeter-se a mais de um escrutínio e sem perder sua condição de substituto eventual do presidente da República.

Mas a Constituinte terá outros postos de relevo a serem negociados desde já pelas direções partidárias. Como se sabe, a tradição sugere a criação de uma grande comissão constitucional. A presidência dessa comissão, se for entregue, como se sugeriu, ao senador Afonso Arinos de Mello Franco, teria de ter uma vice-presidência com o vigor físico para ordenar os debates internos. Além da presidência da comissão, há o lugar de relator, essencial para a boa ordem dos trabalhos. E há a escolha de um líder, um líder da Constituinte e, se necessário, um líder da comissão que ofereça aos seus membros as definições do principal partido.

Não faltariam lugares a distribuir entre os deputados que reivindicam na nova Casa legislativa e na Assembléia Constituinte posições de responsabilidade ou representativas. Como se sabe, a maior bancada do PMDB é a que vem de Minas Gerais, mas dados os fatos que renovaram totalmente a política mineira, não se vislumbram ainda os nomes com qualificação política para desempenhar funções no Congresso e na Assembléia. O líder do PMDB na antiga Câmara, Sr Pimenta da Veiga, alistou-se numa dissidência, o que o coloca em conflito com o chefe putativo da nova política mineira, Sr Hélio Garcia.

São Paulo, tendo a presidência da Câmara e, por extensão, da Constituinte, teria que abrir lugar para outras representações, mais modestas em valores mas igualmente com direito à participação. Esse trabalho de seleção é que deve começar agora entre as lideranças partidárias e políticas a fim de que se proponham ao plenário soluções de consenso que permitam o funcionamento tranquilo da Assembléia Constituinte.